



ENGEL, Magali. “Psiquiatria e feminilidade”. IN: PRIORE, Mary Del (org). **História da Mulheres no Brasil**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2000.

**Roberto Cesar Silva de Azevedo**  
**Departamento de História – PUC-Rio**

# A AUTORA

---



● Magali Gouveia Engel é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduou-se em história pela UFF no ano de 1979, concluiu o mestrado na mesma instituição em 1985, no ano de 1995 concluiu o doutorado em história pela Universidade Estadual de Campinas. Desenvolve pesquisas sobre a história da sexualidade, das relações de gênero e da psiquiatria no Brasil.

## A OBRA



É um artigo que faz parte do livro organizado por Mary Del Priori, chamado *História das Mulheres no Brasil*. Este livro recebeu, em 1998, o Prêmio Jabuti na categoria “Ciências Humanas”. No artigo, a autora aborda virada do século XIX para o XX, período onde ocorria a consolidação do processo de “medicalização da loucura”.



O artigo tem como objetivo central mostrar as estratégias de disciplinarização e repressão dos corpos, num “novo tempo”. Onde uma nova ética do trabalho, novos padrões de moralidade nos comportamentos individuais se tornavam cada vez mais adequados aos “parâmetros burgueses definidores da ordem, do progresso, da modernidade e da civilização”. Dentre essas estratégias, a autora destaca a intervenção na sexualidade feminina por um saber em processo de consolidação: a psiquiatria.

# O Cenário



● Desde meados do século XIX, o Brasil observa o processo de surgimento, consolidação e institucionalização do saber psiquiátrico como “campo de conhecimento médico especializado e autônomo”. Ainda no século XIX, dois momentos marcam esse fortemente esse processo:

-A criação do Hospício Pedro II: o decreto imperial de 18 de julho de 1841 cria o hospício, contudo, o prédio construído na Praia Vermelha apenas seu trabalhos apenas em 5 de dezembro de 1852.

-A criação, através do decreto nº 7247, de 19/04/1879, do curso de clínica psiquiátrica nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.

•Transformada em doença mental, a loucura se converte em um “objeto exclusivo de um saber e práticas especializados, monopolizados pelo alienista”.

# AS PERSONAGENS



● **M. J.**, 29 anos, brasileira, casada. Diagnóstico: histero-epilética. Internada na Clínica Dr. Eiras em maio de 1896. O Dr. Vicente Maia, em suas observações sobre a interna, a definiu como “ninfomaníaca”. Para os médicos que acompanharam M.J., o mal sofrido pela “multípara” tinha relação com os “distúrbios uterinos”. As crises a acompanhavam desde as primeiras menstruações, a intensidade destas diminuiu aos 21 anos, quando se casa, recrudescendo posteriormente quando ocorrem experiências extraconjugais e o abandono do “lar doméstico”. A solução: cirurgia (sugerida pelo Dr. Cândido Andrade) para correção dos distúrbios uterinos através de curetagem. Após a cirurgia, mesmo permanecendo os “ataques epiléticos”, a antes “ninfomaníaca” infiel deu lugar a esposa agora “nervosa e excitada, pela falta da visita do marido que julga seu único amparo”. Para o Dr. Vicente Maia o resultado da operação “foi mais lisonjeiro sob o ponto de vista mental”. M. J. recebeu alta em setembro de 1896. Contudo, o destino não foi tão lisonjeiro com M. J.. Recolhida ao Hospício Nacional do Alienados, devido ao recrudescimento das “perturbações psíquicas”, veio a falecer algum tempo depois.



● **Maria Ferreira Mendes Tourinho**, 38 anos, casada, cinco filhos. A mineira, que vive com a família no subúrbio do Rio de Janeiro, protagonizou, na madrugada de 16 julho de 1911, uma tragédia. Com uma machadinha, golpeou violentamente a cabeça do ferroviário Arthur Damaso Tourinho, seu marido, levando-o à morte. Que causas levariam uma pessoa à atitude tão extrema? Para o jornal *O Paiz*, que cobriu o caso, Maria seria “vítima do espiritismo”. Contra possíveis especulações acerca do “estado mental patológico de Maria Tourinho” era necessário um olhar especializado. Dessa forma, os médicos Jacyntho de Barros e Miguel Salles, do serviço médico-legal da polícia, foram designados para o caso. Ao realizarem os exames para verificar a sanidade da ré, eles consideraram estar diante de um “interessante caso” que muito contribuiria “para o enriquecimento da medicina forense brasileira”. Nos estudos do caso o diagnóstico: Maria sofria de “degeneração mental (psicopatia) e de epilepsia”. A informação de que o pai era um “alcoolista inveterado” foi de suma importância na pesquisa que utilizava dos métodos lombrosianos (verificação das características físicas).

Para os médicos, os mais relevantes sinais mórbidos de Maria estariam localizados na esfera moral: a perda de afetividade em relação ao marido e aos filhos, além de uma sexualidade anômala.



● Para a autora,

“a perda do *senso moral* não colocaria em primeiro plano a questão ética de que nenhum ser humano tem o direito de tirar a vida de outro, mas sim de que uma mulher cujo comportamento revelasse uma sexualidade *anormal* e um ausência ou insuficiência do amor materno seria histérica e, portanto, potencialmente criminosa” (p.329)

Criminosa ou imoral, Maria era, ante de tudo, uma doente mental. Barros e Salles foram taxativos:

“opinamos que deve ser recolhida a um hospital de alienados para ser submetida a mais longa observação e conveniente tratamento”.



● **Hercília de Paiva Legey**, casada, quatro filhos. Em 11 de janeiro de 1913 ela disparou o gatilho de uma pistola Browning, o projétil atingiu a cabeça de José Legey, seu marido. Segundo depoimento dado por um dos filhos do casal, o crime resultava das dúvidas de Hercília sobre a fidelidade de José. Detida e sob forte emoção, foi encaminhada para o Serviço Médico Legal, onde foi examinada pelo Dr. Jacyntho de Barros (o mesmo do caso de Maria Tourinho).

Assim como no caso de Maria Tourinho, Barros investigou os antecedentes de família e os antecedentes pessoais da agressora. Em seu depoimento, Hercília afirmava a todo o tempo amar o marido “suportando com resignação” as agressões do engenheiro mecânico. Arrepentida, a mulher “originária de uma família de regular tratamento” estava também aliviada por não ter matado José. Contudo, o rigor do legista por certo não provocou sensações de alívio para Hercília. No diagnóstico do Dr. Barros, o estigma de doente mental: “a paciente é uma degenerada, histérica, cujo estado vem se agravando com a série de constantes e profundas emoções por que vem passando”. Porém, havia uma ressalva na avaliação que considerava a histeria de Hercília “compatível com a vida em sociedade, tanto assim que, melhorada, obteve alta do pavilhão de observações do Hospital dos Alienados”.

# A PSQUIATRIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA FEMINILIDADE



● O século XIX redefine e associa a relação entre mulher e natureza em oposição à imagem do homem relacionado a cultura. A autora, citando Michelle Perrot afirma que as “descobertas da medicina e da biologia [...] ratificam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida *versus* mulheres, coração, sensibilidade, sentimentos”. Moral e socialmente, a mulher deveria cumprir seu papel de esposa e mãe, a incapacidade e/ou recusa definiria um caráter desviante, estranho à própria natureza. Nesse sentido, haveria uma especificidade na condição feminina diante da loucura. Enquanto ela era diagnosticada como doente mental, segundo comprovado desvio em sua natureza, sobretudo sexual, a doença mental do indivíduo do sexo masculino se devia aos “desvios relativos aos papéis sociais atribuídos ao homem – tais como o de trabalhador, o de provedor, etc”

Além do comportamento moral da mulher, suas especificidades fisiológicas seriam fatores definidores de predisposições às doenças mentais.

# MENSTRUAÇÃO E ALIENAÇÃO MENTAL



● Na construção dos diagnósticos da doença mental em indivíduos do sexo feminino, a relação entre menstruação e loucura sempre esteve presente. O alienismo estreitaria de tal forma a relação entre loucura e menstruação que se chegou a falar em loucura menstrual. Cabe lembrar que no caso de M.; J. suas “primeiras manifestações histéricas e epiléticas” foram aos 14 anos, quando menstruou pela primeira vez. Maria Tourinho nunca teria tido uma menstruação “perfeitamente regular”.

# MATERNIDADE E LOUCURA



● De acordo com a perspectiva médica da época, a gravidez seria capaz de, até mesmo curar os distúrbios psíquicos. Em seu *Esboço de Psiquiatria Forense*, Franco da Rocha cita um curioso caso em que: “uma alienada, de excitação maníaca intermitente, que entra em perfeita saúde mental quando está grávida, caindo sempre em perturbação quando fora da gravidez”.

Casos como esse confirmam as concepções defendidas por Lombroso e Ferrero, “segundo as quais a maternidade ‘suaviza a mulher selvagem’, mas ‘quando muito vivamente contrariada levaria sobretudo à loucura’”.

# SEXUALIDADE FEMININA E HISTERIA



- Negação do prazer à mulher;
- Histeria como patologia feminina com sede no útero, profundamente vinculada à sexualidade e à fisiologia humana;
- Franco da Rocha:

“a histeria nada mais é que a exacerbação de traços tradicionalmente atribuídos à mulher normal: fraqueza de vontade, hipersensibilidade, emotividade, imaginação ‘desregrada’, ‘incapacidade de esforços acurados do pensamento’, predomínio dos reflexos sobre a reflexão e o juízo, vaidade, leviandade, sugestibilidade”.

- Para o Dr. Henrique Roxo o delírio histérico estava associado ao predomínio das idéias religiosas e eróticas.

# O APARELHO GENITAL FEMININO COMO FOCO DE DISTÚRBIOS MENTAIS



● Perspectivas organicistas na introdução de novas técnicas terapêuticas para mulheres alienadas. Os médicos da época consideravam que alguma “lesão orgânica grave” poderia causar uma “perturbação das idéias”. Para o Dr. Urbano Garcia, defensor das intervenções cirúrgicas ginecológicas, seria possível criar condições para que o organismo pudesse “lutar contra o delírio e suas manifestações perigosas”

Escolas	Definições	São Paulo	Rio de Janeiro	Bahia
Antropológica – César Lombroso (1835-1909) Seguidores: Henrique Ferri, Garofalo, Di Tullio	Há criminosos natos, “por tendência instintiva”(62); estigmas físicos não definem a propensão ao crime sozinhos, dependem de aspectos psicológicos; reúne os criminosos em um grupo; 25 ou 40% dos delinquentes são natos; método empírico e evolucionista; o criminoso é variedade antropológica, é diferente e a sociedade deve ser defendida por meios repressivos e preventivos; crime é aquilo que infringe o que se chama <i>sensu moralde</i> uma sociedade; o crime é cometido devido a fatores antropológicos, físicos e sociais; a pena tem como fim não o castigo mas a defesa social.	Franco da Rocha, Enjolras Vampré, Oscar Freire, Rodrigues Doria (?), Ulisses Paranhos (?)	Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Miguel Sales, Arthur Ramos	João Fróes, Diógenes Sampaio
Crítica – Carnevale (outros: Lacassagne, Tarde, Liszt)	Provém da acima, mais moderada; busca casar as outras duas; o crime é dado predominantemente por fatores sociais; a pena também tem a função de defesa da sociedade.	Clóvis Beviláqua	José Higino (nome de rua)	
Clássica – César Beccaria (1764)	Proporcionalidade das penas aos delitos; não retroatividade da lei penal (a lei não incide sobre fatos antes da sua vigência ou depois da sua revogação); método dedutivo, metafísico; igualdade de todos os homens, honestos ou não; estudo do delito abstrato, como “entidade jurídica” (64); criminoso é responsável caso tenha <b>livre arbítrio; estudam o crime como entidade abstrata, sem personalizá-lo; é a doutrina que está presente no código criminal da época</b>			Filinto Bastos